



## CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

**Deliberou ainda, designar o júri do procedimento constituído por:**

- Graça Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral
- Júlio Costa, Chefe de Divisão de Finanças
- Carlos Serra, Coordenador do Serviço de Património Municipal

**Mais deliberou, mandar publicar o Aviso da hasta pública em três edições no Jornal Fórum, no próximo Boletim Municipal, no sítio do Município na internet em [www.cm-covilha.pt](http://www.cm-covilha.pt), no Facebook do Município em <https://www.facebook.com/covilhamunicipio> e nos locais de estilo.**

### **5.2. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO**

#### **a) 2ª Alteração ao PDM da Covilhã – Abertura de Período de Discussão Pública**

Presente informação I-CMC/2019/619, datada de 12.março.2017, da Chefe de Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, Eng.ª Isabel Matias, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2019/6292, que se transcreve:

*“A Câmara Municipal, em reunião realizada a 22-06-2018, de terminou, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 119.º, ambos do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio que estabeleceu o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), o reinício do procedimento de Alteração do PDM da Covilhã, aprovando os respetivos Termos de Referência que fundamentaram a sua oportunidade e fixando os objetivos e o prazo de 180 dias para a sua elaboração.*

*A Câmara deliberou ainda de forma fundamentada a dispensa, do procedimento de alteração, da necessidade de proceder a Avaliação Ambiental Estratégica.*

*Para cumprimento do n.º 2 do artigo 88.º do RJ GT, foi aberto um período de participação preventiva, pelo prazo de 15 dias, que decorreu entre 23-07-2018 a 10-08-2018, para formulação de sugestões e apresentação de informações, cfr. consta do Relatório de Fundamentação que se anexa.*

*A proposta de alteração ao PDM foi desenvolvida tendo por base os objetivos programáticos definidos nos Termos de Referência acima referenciados.*

*Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 86.º do RJGT, a elaboração da proposta de Alteração do PDM foi acompanhada pela CCDRC que considerou não ser necessário a consulta de outras entidades, por não estarem em causa outros interesses públicos a ponderar.*



## CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

*Após o período de acompanhamento, a CCDRC emitiu o parecer final a que se refere o n.º 1 do artigo 87.º do RJIGT, de teor favorável, e no âmbito do qual foram apresentadas algumas sugestões que deram origem a algumas alterações que se sintetizaram no quadro que se anexa.*

### PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:

1. *Concluído o período de acompanhamento e na sequência do parecer final de teor favorável da CCDRC, propõe-se que a Câmara Municipal tome conhecimento da proposta da Alteração do PDM da Covilhã e delibere a abertura de um período de discussão pública, fixando o prazo de 30 dias, para apresentação de reclamações, observações ou sugestões, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do RJIGT.*

*A abertura do período de discussão pública será efetuada através de Aviso a publicar na 2.ª Série do Diário da República e a divulgar através da Comunicação Social, da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial e do respetivo Sítio da Internet do Município, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do RJIGT.*

2. *Concluído o período de discussão pública, a Câmara Municipal ponderará as reclamações, observações ou sugestões e os pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:*

*a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;*

*b) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;*

*c) A eventual lesão de direitos subjetivos em conformidade com o n.º 3 do artigo 89.º do RJIGT.*

3. *Por força do disposto no n.º 1 do artigo 145.º do RJIGT, nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes da Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã, ficam suspensos os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento, a partir da data de início do período de discussão pública e até à data de entrada em vigor da alteração do plano, sem prejuízo das exceções previstas no n.º 4 do artigo 145.º do RJIGT, do n.º 5 do artigo 17.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação em vigor (RJUE) e ainda do artigo 60.º deste último diploma legal.*

4. *Atendendo à importância do PDM da Covilhã na gestão do território municipal propõe-se ainda que sejam realizadas sessões públicas de apresentação da proposta de alteração e de esclarecimentos, em datas e locais (indicados na minuta que se anexa) a anunciar através de Edital e no Site do Município.*

*A reunião da Câmara Municipal deverá ser, nos termos do n.º 7 do artigo 89.º do RJIGT, obrigatoriamente pública."*

**A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, e nos termos da proposta supra,**





## CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

*Handwritten signature in blue ink.*

- Tomar conhecimento e autorizar a abertura do período de Discussão Pública da Proposta de Alteração do PDM da Covilhã, fixando o prazo de 30 dias, para apresentação de reclamações, observações ou sugestões, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do RJIGT;

A abertura do período de discussão pública será efetuada através de Aviso a publicar na 2.ª Série do Diário da República e a divulgar através da Comunicação Social, da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial e do respetivo Sítio da Internet do Município, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do RJIGT;

- Concluído o período de discussão pública, a Câmara Municipal ponderará as reclamações, observações ou sugestões e os pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
- b) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- c) A eventual lesão de direitos subjetivos em conformidade com o n.º 3 do artigo 89.º do RJIGT;

- Por força do disposto no n.º 1 do artigo 145.º do RJIGT, nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes do Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã, ficam suspensos os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento, a partir da data de início do período de discussão pública e até à data de entrada em vigor da alteração do plano, sem prejuízo das exceções previstas no n.º 4 do artigo 145.º do RJIGT, do n.º 5 do artigo 17.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação em vigor (RJUE) e ainda do artigo 60.º deste último diploma legal; e

- Atendendo à importância do PDM da Covilhã na gestão do território municipal propõe-se ainda que sejam realizadas sessões públicas de apresentação da proposta de alteração e de esclarecimentos, em datas e locais (indicados na minuta que se anexa) a anunciar através de Edital e no Site do Município.

### **b) Prorrogação do prazo de elaboração da Alteração do PDM da Covilhã**

Presente informação I-CMC/2019/665, da Che de Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, Eng.ª Isabel Matias, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2019/7215, que se transcreve:

#### **"I. ANTECEDENTES:**

2.1. A Câmara Municipal, em reunião realizada a 22-06-2018, determinou, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 11.º, ambos do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabeleceu o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o reinício do procedimento de Alteração do PDM da Covilhã, aprovando os respetivos Termos de